

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O Município de Dois Vizinhos, situado no sudoeste do Paraná, enfrenta uma necessidade latente de enfrentamento às limitações severas de mobilidade e acessibilidade em determinadas regiões da zona rural, especialmente na comunidade Santo Izidoro.

Tendo em vista o exponencial crescimento da frota veicular de nosso município que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de veículos registrados de quase 40.000 unidades (fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/ranking-resumido/download.html?cod=4107207>).

A pavimentação com pedras irregulares do trecho da via Municipal na Linha Santo Izidoro, é uma medida estratégica que visa atender aos interesses recíprocos entre o Município de Dois Vizinhos e sua população rural, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico e a promoção de segurança aos usuários da via. O constante crescimento populacional e produtivo tem aumentado significativamente a demanda por infraestrutura adequada, especialmente no meio rural, onde se concentram atividades fundamentais para a economia local, como a agricultura e a pecuária.

A malha viária não pavimentada em questão encontra-se em condição crítica, com histórico de degradação progressiva agravado por intempéries sazonais, ausência de drenagem eficaz e contínuo tráfego de veículos pesados que escoam produtos agropecuários. Durante períodos de chuva, essa realidade se torna particularmente grave: a lama e a instabilidade do solo inviabilizam a circulação segura, gerando isolamento parcial de famílias inteiras, impedimento de deslocamento de alunos até as escolas, dificuldade de acesso a atendimentos médicos e, em alguns casos, situações de risco à integridade física de pessoas e bens.

Sob a perspectiva do interesse público, esta situação não pode ser negligenciada. Em primeiro lugar, porque viola o direito fundamental de ir e vir assegurado pela Constituição Federal. Em segundo, porque compromete o



acesso equitativo aos serviços básicos de educação, saúde, assistência social e cidadania. Em terceiro, porque coloca em risco a continuidade de atividades produtivas que sustentam a economia local e regional, reduzindo a competitividade dos pequenos produtores rurais que dependem das estradas para transportar seus produtos com agilidade e segurança.

As limitações da atual estrutura viária refletem-se diretamente no cotidiano de agricultores familiares, cujas propriedades ficam distantes da sede do município, em áreas de relevo acidentado, com intensa exposição à ação da chuva e pouca infraestrutura urbana consolidada. Essas famílias enfrentam desafios cotidianos que vão desde o transporte escolar de crianças até a comercialização de excedentes da produção agrícola, passando pela necessidade de se deslocarem para tratamentos médicos regulares, aquisição de insumos e participação em atividades coletivas promovidas pela administração municipal.

No período chuvoso, é comum que veículos fiquem atolados, que caminhões colem produtos com atraso ou nem mesmo consigam acessar as propriedades rurais, ocasionando prejuízos diretos às famílias, ao comércio local e à arrecadação municipal. Relatos apontam ainda que há estudantes que perdem dias letivos por impossibilidade de comparecimento à escola, idosos que não conseguem comparecer a consultas médicas agendadas e equipes de atendimento público que enfrentam dificuldades logísticas para executar suas funções em tempo hábil. Em situações mais extremas, o acesso de ambulâncias, viaturas policiais e veículos de emergência é seriamente comprometido, com potencial para agravar situações de urgência e emergência em saúde e segurança pública.

Ademais, a ausência de infraestrutura adequada para o tráfego de veículos em áreas rurais dificulta a implementação de políticas públicas integradas voltadas ao desenvolvimento local, à segurança alimentar e ao fortalecimento da agricultura familiar. O poder público municipal, ao identificar essa demanda, reconhece que a garantia de infraestrutura de transporte mínima é condição essencial para que outras políticas públicas possam atingir sua efetividade plena. Sem vias transitáveis, não há como assegurar de maneira eficiente o acompanhamento técnico da extensão rural, a distribuição de merenda escolar, a entrega de medicamentos, ou mesmo a participação dos moradores em processos democráticos de decisão como conselhos locais, audiências públicas e assembleias.

A situação se agrava ainda pelo fato de que os trechos afetados concentram um número expressivo de propriedades, muitas delas com grande vocação produtiva. A instabilidade da malha viária gera efeitos colaterais como evasão rural, desvalorização das pequenas propriedades, aumento do êxodo para áreas urbanas sem estrutura de acolhimento, e consequente sobrecarga dos serviços sociais da cidade. Do ponto de vista do planejamento urbano e rural integrado, a inexistência de infraestrutura mínima representa um fator de desequilíbrio territorial e desigualdade de oportunidades.



Não se trata apenas de uma demanda técnica, mas de uma urgência social.

A exclusão territorial de populações que habitam zonas de difícil acesso rompe com os princípios da equidade e da universalidade na prestação de serviços públicos, reforçando desigualdades históricas que atingem sobretudo pequenos agricultores, idosos, pessoas com deficiência, mulheres chefes de família e comunidades vulneráveis. A inércia diante desse quadro constitui omissão do poder público no cumprimento de sua função constitucional de garantir o bem-estar coletivo e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Além disso, a manutenção contínua de trechos degradados, por meio de soluções paliativas e provisórias, impõe custos recorrentes aos cofres públicos, sem alcançar resolutividade. Caminhões de cascalho, horas-máquina de patrolamento, fretes emergenciais e deslocamentos duplicados representam uma fatia expressiva dos gastos operacionais da Secretaria de Viação e Obras. De acordo com o referencial de preços do DER PR de Set/23 cita custos orçamentários próximos a R\$ 44.154,90/km para adequação de estradas rurais). Isso sem mencionar o desgaste físico dos servidores, o uso ineficiente de equipamentos públicos e o aumento da insatisfação social com a qualidade dos serviços oferecidos.

Do ponto de vista técnico, é inegável que o agravamento da situação está relacionado à falta de condições estruturais da estrada para suportar a carga e a frequência dos veículos que por ela transitam, bem como à ausência de sistemas de drenagem eficientes. A depender da estação do ano, trechos inteiros tornam-se intransitáveis, mesmo para veículos utilitários leves, comprometendo desde o transporte de cargas até a própria mobilidade das famílias. Há, portanto, uma condição permanente de risco e instabilidade, que impacta não apenas o presente, mas também o futuro do território rural enquanto espaço de vida, trabalho e pertencimento.

Em síntese, a necessidade aqui identificada não diz respeito a uma simples melhoria pontual ou a um projeto isolado, mas a uma resposta concreta a um problema estrutural e crônico, que repercute em diversos campos da política pública: mobilidade, desenvolvimento econômico, saúde, educação, segurança, equidade territorial e dignidade humana. Ao agir para atender essa necessidade, o poder público estará atuando não apenas para corrigir uma deficiência física no território, mas sobretudo para reafirmar seu compromisso com os princípios da cidadania, da justiça social e do desenvolvimento inclusivo.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)



O atendimento da necessidade pública relacionada à melhoria das condições de trafegabilidade e à redução dos custos recorrentes com a manutenção de vias não pavimentadas em comunidades rurais requer uma análise minuciosa das alternativas disponíveis no mercado que possam resultar na efetiva solução da problemática. A partir do reconhecimento das características do território a ser contemplado, neste caso, a Comunidade Santo Izidoro, com forte vocação agropecuária e tráfego intenso de veículos pesados, torna-se imprescindível um exame detalhado das alternativas técnicas existentes que possam proporcionar uma solução eficaz, durável e economicamente viável, considerando também os aspectos de sustentabilidade, disponibilidade de insumos, impacto social, custo-benefício e aderência às normativas urbanísticas e ambientais.

A análise de alternativas de solução parte, necessariamente, do estudo dos métodos correntes de melhoria viária em áreas rurais e de produção. Dentre as principais opções disponíveis no mercado, destacam-se: a manutenção periódica com cascalhamento e patrolamento; a aplicação de revestimento primário com emulsão ou solo estabilizado; o uso de pavimentos intertravados de concreto; a pavimentação asfáltica (em suas diferentes modalidades como TSD, CBUQ ou PMF); e, finalmente, o revestimento com pedras irregulares (conhecido como pavimentação poliédrica ou calçamento com pedras irregulares de basalto).

A primeira alternativa, a manutenção periódica com cascalho e nivelamento mecanizado, consiste em uma técnica tradicionalmente adotada em áreas rurais. É uma solução de custo inicial reduzido, visto que se utiliza de materiais amplamente disponíveis na região (cascalho natural) e maquinário de terraplanagem já de uso corrente pela municipalidade. No entanto, essa alternativa demonstra limitações significativas quanto à durabilidade e à eficiência, sobretudo em períodos chuvosos, onde ocorrem alagamentos, formação de valetas e erosão da camada superficial. Tais fatores impõem um ciclo constante de intervenções corretivas, gerando gastos contínuos com combustível, horas-máquina, mão de obra, transporte de material e comprometendo a eficiência administrativa. A imprevisibilidade de condições climáticas e a constante degradação da via comprometem diretamente o escoamento da produção agrícola e a mobilidade das famílias da comunidade, o que denota a limitação dessa opção como solução estrutural.

A segunda alternativa refere-se à estabilização do solo com ligantes químicos ou cementícios. Essa técnica pode apresentar bom desempenho em determinadas condições, especialmente onde o solo natural apresenta características físicas compatíveis, como teor adequado de argila, umidade e plasticidade. A aplicação de cal hidratada ou cimento pode aumentar a coesão e a capacidade de suporte da via. No entanto, os resultados são muito sensíveis à técnica empregada, à preparação adequada da base e ao controle de qualidade da execução, o que torna a solução de difícil padronização em áreas mais extensas e expostas a forte intemperismo. Além disso, o custo total da estabilização pode se tornar elevado quando se considera a necessidade de



aditivos, transporte de materiais e o uso de maquinário específico. Outra limitação importante reside no fato de que essa técnica não resulta em pavimentação definitiva, mantendo-se suscetível à ação das águas pluviais e exigindo manutenções preventivas frequentes.

Como terceira alternativa, têm-se os pisos intertravados de concreto, que consistem em peças pré-moldadas assentadas sobre base de areia compactada. Trata-se de uma tecnologia bastante difundida em áreas urbanas, por sua capacidade de drenagem, aspecto estético e baixo custo de manutenção. Contudo, essa opção apresenta sérias restrições para implantação em áreas com tráfego intenso de veículos agrícolas e caminhões de carga, como no caso da Comunidade Santo Izidoro. O custo de implantação por metro quadrado é elevado em comparação a outras soluções, sobretudo devido à necessidade de mão de obra especializada, preparo rigoroso da sub-base e da base granular, além de exigir perfeita contenção lateral com meios-fios e guias. A fragilidade das peças diante de cargas pontuais pesadas e o risco de recalques diferenciais inviabilizam sua aplicação em vias rurais com tráfego pesado e exposição constante à umidade.

A pavimentação asfáltica representa uma das alternativas mais conhecidas e utilizadas nos centros urbanos e rodovias. As modalidades mais comuns são o Tratamento Superficial Duplo (TSD), a Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) e a Pré-Mistura a Frio (PMF). Tais opções oferecem excelente conforto de rodagem e baixa rugosidade superficial, sendo vantajosas para circulação de veículos leves e transporte coletivo. Contudo, a pavimentação asfáltica exige investimentos elevados, tanto em infraestrutura quanto em logística de transporte de insumos (CAP, brita graduada, emulsões), sendo frequentemente inviabilizada para pequenos trechos de comunidades rurais. Soma-se a isso a necessidade de usina de asfalto próxima ou contrato com fornecedor licitado, o que aumenta os custos com transporte e mobilização de equipamentos. Do ponto de vista técnico, a pavimentação asfáltica também é mais suscetível a falhas estruturais caso não seja precedida de um projeto detalhado de drenagem superficial e profunda, o que agrega complexidade e custo à solução.

Frente a todas as opções listadas, a pavimentação com pedras irregulares de basalto (revestimento poliédrico) se destaca como a alternativa mais tecnicamente viável, economicamente sustentável e operacionalmente adequada ao contexto da área demandante. Este tipo de pavimento é amplamente utilizado em regiões de topografia acidentada e em comunidades com forte vocação rural no estado do Paraná, sendo reconhecido por sua alta durabilidade, resistência a intempéries, excelente desempenho sob tráfego de veículos pesados e baixa necessidade de manutenção. As pedras, quando assentadas corretamente com base em lastro de brita graduada e rejuntadas com pó de pedra ou areia lavada, criam uma superfície robusta, com excelente escoamento superficial de águas pluviais, reduzindo o risco de formação de poças, erosões ou escorregamentos laterais. A aderência proporcionada pelas superfícies irregulares melhora as condições de tráfego mesmo em dias



chuvosos, o que representa um grande diferencial para áreas agrícolas que não podem interromper a logística de transporte de insumos e mercadorias.

A escolha da solução de pavimentação poliédrica também está diretamente relacionada à realidade orçamentária do ente público e à disponibilidade local de insumos e mão de obra. Na região de Dois Vizinhos, há ampla oferta de pedras irregulares e mão de obra treinada para a execução desse tipo de obra, o que favorece a economicidade na contratação, dinamiza a economia local e gera emprego e renda. Além disso, a manutenção posterior pode ser realizada de forma pontual, com substituição de pedras soltas ou recalçadas, sem a necessidade de grandes operações, como ocorre no caso do asfalto ou de pisos intertravados. Do ponto de vista ambiental, o revestimento poliédrico também é uma solução compatível com diretrizes de sustentabilidade, já que permite maior infiltração de água no solo, reduz o efeito de ilhas de calor e não exige a extração de petróleo para sua produção, como acontece com o asfalto.

Considerando-se o ciclo de vida da solução, a pavimentação com pedras irregulares representa uma estratégia de investimento de médio e longo prazo, uma vez que sua durabilidade pode superar décadas com manutenção mínima.

Em termos de relação custo-benefício, supera amplamente as soluções temporárias de cascalhamento, cujos custos acumulados de manutenção anual frequentemente ultrapassam os investimentos únicos em obras permanentes. O impacto da adoção dessa solução também deve ser analisado sob o ponto de vista social, considerando os benefícios diretos à população atendida, a valorização dos imóveis ao longo do trecho calçado, a melhoria no acesso aos serviços públicos (como transporte escolar, atendimento médico e coleta de lixo), além da ampliação das oportunidades de escoamento de produção para os pequenos e médios agricultores da comunidade.

A análise de alternativas foi, portanto, conduzida com base em critérios técnicos, operacionais e econômicos, e validada pelo conhecimento empírico acumulado em experiências anteriores no próprio município e em localidades vizinhas. O histórico de obras similares já realizadas, os relatórios de desempenho técnico dessas soluções e a observação prática dos efeitos de cada tipo de intervenção sobre o cotidiano das comunidades rurais foram fundamentais para consolidar a convicção de que o revestimento poliédrico se apresenta como a forma mais racional e vantajosa de atendimento à demanda específica dos trechos em questão.

Conforme estabelece o inciso V do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o levantamento de mercado deve considerar as alternativas técnicas disponíveis e justificar, com base em critérios técnicos e econômicos, a escolha da melhor solução a contratar. A decisão, portanto, não se ampara em preferência subjetiva, mas sim em critérios objetivos, fundamentados na análise comparativa das opções existentes, nos custos diretos e indiretos, nos prazos de execução, na adaptabilidade ao contexto local, na eficiência técnica, na sustentabilidade e na redução das manutenções futuras. O conjunto dessas evidências assegura a



legitimidade e a racionalidade da escolha pela solução que atende de maneira mais eficaz ao interesse público.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x) desde que se enquadre nos critérios da lei.

Não ()

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não () (justificar)

Da vedação à subcontratação

É vedada a subcontratação total e parcial do objeto

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

Não se aplica, pois, há necessidade de projeto específico e incorreria em alto risco de “preço inadequado” (pra mais ou pra menos).

Na pavimentação poliédrica, pequenas diferenças de projeto mudam muito o custo:

espessura de base/sub-base, bitola dos paralelepípedos; tipo e espessura de colchão de areia/pó de brita; percentual de rejunte; necessidade de contenções/meio-fio e principalmente drenagens complementares.

A adesão costuma trazer preços sem refletir as condições reais do trecho, o que abre duas portas ruins: sobrepreço (Administração pagando mais do que o mercado local e do que a obra exige), ou inexecução/aditivos (contratada “descobre” que não fecha a conta e a obra vira novela).

“Projeto” e “quantitativos” não encaixam bem no molde da ata.

Obra exige compatibilidade fina entre: projeto básico/executivo; planilha de quantitativos; composição de custos; cronograma físico-financeiro e BDI e mobilização/desmobilização.

Ata geralmente vem com itens/serviços “genéricos”, e a pavimentação poliédrica raramente é um lego perfeito. Se você precisa “adaptar” muito, a vantagem da ata evapora e o risco cresce.



Outro fator de supra importância e a dificuldade de comprovar vantagem e economicidade.

Para aderir, você tem que demonstrar que: atende sua necessidade, e é vantajoso comparado a fazer o seu próprio processo (inclusive com preços regionais). Em obras, principalmente em município do interior, o mercado local, frete, mão de obra e disponibilidade de insumo mudam a comparação. Muitas vezes a ata é de outra região e o preço “bonito” no papel fica caro na realidade.

Outro fator relevante que devemos pautar é que a fiscalização e responsabilidade técnica ficam mais sensíveis.

Pavimentação poliédrica tem qualidade que depende muito do “como”: assentamento; travamento; regularidade; compactação; e drenagem devem ser executados.

Se a ata foi pensada para outro padrão/tipo de execução, você pode acabar contratando algo que, no seu cenário, não entrega desempenho e ainda te deixa com dificuldade de exigir correções porque o escopo da ata não “conversa” com o seu projeto e suas condições.

Então, quando a obra é complexa e condicionada ao local de acordo com a especificidade do local próprio, a justificativa clássica é: o ganho de tempo não compensa o risco técnico, econômico e de execução.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

No presente caso, após análise técnica minuciosa realizada com base nas características da demanda, nas especificações do projeto, no tipo de serviço a ser executado e nas experiências pretéritas da Administração com contratos similares, concluiu-se pela inviabilidade do parcelamento do objeto, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico e operacional.

A obra a ser executada trata da intervenção linear em trecho sequencial e interdependente da malha viária rural, cuja execução deve observar padrão técnico uniforme, continuidade física, sequência lógica de etapas construtivas e coordenação direta entre as frentes de trabalho.

A possibilidade de divisão do objeto em múltiplos lotes, com a contratação de diferentes empresas para cada trecho, comprometeria a coesão técnica da obra e aumentaria consideravelmente os riscos de falhas de execução, como desníveis entre trechos, incongruência nos métodos construtivos, diferenciação nos materiais utilizados e ausência de compatibilidade entre os sistemas de drenagem e de compactação. Ainda que o traçado da estrada permita uma divisão física dos segmentos a serem pavimentados, a experiência prática



demonstra que esse tipo de separação, em serviços de engenharia rural, tende a acarretar disfunções construtivas, retrabalho, dificuldades de fiscalização e baixa eficiência operacional.

Do ponto de vista econômico, o fracionamento do objeto também se mostra desvantajoso, pois impediria o aproveitamento de economias de escala, diluindo os custos fixos das empresas contratadas, como mobilização de equipamentos, transporte de materiais, estrutura de pessoal, acampamentos e canteiros de obras. O custo final por metro linear executado, em casos de contratos menores e desconectados, tende a ser significativamente superior ao obtido quando o mesmo fornecedor executa a totalidade da obra com planejamento de fluxo contínuo e logística integrada.

Adicionalmente, a divisão do objeto multiplicaria a quantidade de contratos, ordens de serviço, cronogramas físicos e financeiros, medições, fiscalizações e análises de conformidade, resultando em sobrecarga à estrutura administrativa da Secretaria de Planejamento e Obras. Em um cenário de escassez de pessoal técnico e de recursos operacionais, como é o caso do Município de Dois Vizinhos, essa fragmentação implicaria riscos à governança da contratação, aumento da possibilidade de litígios e, inclusive, dificuldade no controle de responsabilidades em caso de inconformidades na execução.

Outro fator de relevo diz respeito à própria segurança jurídica e à previsibilidade da execução contratual. A contratação de múltiplos executores para uma obra única e integrada pode gerar entraves no cumprimento dos prazos, com impacto direto nos serviços subsequentes. Em caso de inadimplemento de uma das contratadas ou de abandono parcial do contrato, os demais trechos ficariam comprometidos em sua funcionalidade total, dificultando inclusive a responsabilização objetiva de um único agente e fragmentando a cadeia de obrigações. A jurisprudência do TCU e as boas práticas de gestão indicam que, em serviços contínuos de engenharia, a unidade de execução costuma ser elemento determinante para o sucesso da obra e para a adequada fiscalização dos recursos públicos.

Também não se verifica, neste caso, a presença de qualquer das situações que, nos termos do §1º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, tornariam obrigatório o parcelamento. Não há, por exemplo, produtos ou serviços com características suficientemente distintas para justificar a separação em lotes funcionais ou tecnológicos. Tampouco se trata de objeto composto por etapas distintas que possam ser entregues e operadas de forma independente. Ao contrário, a natureza do serviço exige a execução de etapas sucessivas e complementares, como limpeza, escavação, drenagem, conformação do leito, compactação e assentamento do revestimento, de maneira coordenada ao longo de um mesmo eixo viário. A fragmentação da responsabilidade técnica pela obra também não seria justificável à luz das normas do Sistema CONFEA/CREA, uma vez que comprometeria a integridade do projeto como um todo.



Ademais, o parcelamento não se mostra necessário para assegurar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que a dimensão do objeto, apesar de relevante, não impede sua execução por esse segmento empresarial. A pesquisa de mercado realizada previamente demonstrou a existência de empresas locais e regionais capacitadas a participar da licitação de forma competitiva, inclusive em consórcio ou com previsão de subcontratação parcial de etapas menos especializadas. A não adoção do parcelamento, portanto, não implica exclusão de agentes econômicos, desde que mantidas condições equitativas de habilitação, critérios objetivos de julgamento e ampla publicidade do certame, como será garantido no edital licitatório.

Por todas essas razões, natureza linear e contínua da intervenção, necessidade de padronização técnica, redução de custos operacionais, simplificação da fiscalização, gestão contratual mais eficiente e ausência de prejuízo à competitividade, conclui-se, com base no caput e no §3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que o parcelamento do objeto, neste caso, não é técnico, econômica nem administrativamente justificável. A decisão de manter a contratação em lote único preserva a unidade funcional da obra, reduz os riscos contratuais, garante maior controle de qualidade e atende de forma mais racional e eficiente ao interesse público.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Estima-se para a pavimentação poliédrica uma extensão de 594m e 3.832,63 m².

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Estima-se o valor da contratação em R\$ 226.651,36 (duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos).

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;



Risco Identificado	Dano ou Consequência	Ações Preventivas	Ações de Contingência
Baixa participação de licitantes	Fracasso da licitação; necessidade de repetição do certame	Ampla divulgação do edital em plataformas oficiais e redes institucionais; prazo mínimo de publicidade garantido	Repetição da licitação com ajustes no edital, ampliação do prazo e reforço da comunicação
Propostas inexequíveis com preços excessivamente baixos	Risco de abandono da obra ou má execução	Exigência de comprovação de exequibilidade nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021; critérios claros de julgamento	Desclassificação de propostas inexequíveis; convocação dos licitantes remanescentes
Desistência da empresa vencedora antes da assinatura	Atraso na contratação e replanejamento de cronograma	Elaboração rigorosa do edital e penalidades previstas no edital para desistência imotivada	Convocação da segunda colocada conforme ordem de classificação; apuração de responsabilidade
Inadimplemento contratual	Paralisação da obra, prejuízo à população e à gestão fiscal	Verificação prévia da qualificação técnica e capacidade operacional do licitante	Aplicação de penalidades; rescisão contratual com base legal e convocação de remanescente ou nova licitação
Falhas no projeto básico ou executivo	Aditivos contratuais imprevistos, retrabalho e aumento de custos	Revisão técnica detalhada do projeto antes da licitação; análise por setor competente	Ajustes com base técnica e legal com formalização em termo aditivo fundamentado



Risco Identificado	Dano ou Consequência	Ações Preventivas	Ações de Contingência
Condições climáticas adversas	Interrupções no cronograma e risco à qualidade da execução	Previsão de execução nos meses de estiagem; cronograma com margem de segurança	Reprogramação contratual formal com registro das causas meteorológicas
Aumento de custos de insumos durante a execução	Impacto financeiro ao contratado e risco de paralisação	Atualização adequada da planilha de custos com base em preços de mercado (SINAPI ou similares)	Aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021, quando cabível
Inexistência ou atraso de liberação da ordem de serviço	Obra não iniciada; descumprimento do cronograma	Planejamento interno da Administração com reserva orçamentária e cronograma sincronizado	Reprogramação consensual dos prazos com base na cláusula contratual de mobilização
Interferências não mapeadas (ex: redes subterrâneas ou servidões)	Suspensão parcial da execução e necessidade de readequações	Levantamento prévio em campo; consulta a concessionárias e órgãos de infraestrutura	Revisão do projeto e celebração de termo aditivo se tecnicamente necessário
Dificuldade de fiscalização por parte da Administração	Execução com baixa qualidade e risco de vícios ocultos	Designação formal de fiscais com capacitação técnica; controle por diário de obra e registro fotográfico	Suporte externo de profissional técnico habilitado por contrato específico de apoio à fiscalização, se necessário



Risco Identificado	Dano ou Consequência	Ações Preventivas	Ações de Contingência
Resistência de moradores ou conflitos com a comunidade local	Obstrução da obra, atrasos e judicializações	Ações de informação, escuta e comunicação prévia com a comunidade	Mediação institucional com apoio da ouvidoria ou procuradoria jurídica

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução proposta consiste na execução de revestimento poliédrico em trechos críticos da estrada rural da comunidade Santo Izidoro, localizada no município de Dois Vizinhos.

Trata-se de intervenção de engenharia baseada na aplicação de pedras irregulares (basalto) assentadas sobre base compactada, com objetivo de garantir maior estabilidade, durabilidade e segurança ao tráfego de veículos leves e pesados, especialmente em áreas com histórico de degradação acentuada devido às chuvas, ao tráfego agrícola intenso e à falta de infraestrutura de drenagem. A execução será integral e contínua, abrangendo aproximadamente 594m de extensão, conforme projeto técnico previamente elaborado, respeitando normas técnicas e ambientais vigentes.

A escolha dessa solução baseou-se em critérios de viabilidade técnica, compatibilidade com o contexto rural da região, disponibilidade local de insumos e mão de obra qualificada, além da comprovada relação custo-benefício em comparação a outras alternativas de pavimentação. O revestimento poliédrico garante redução significativa de gastos com manutenção corretiva a médio e longo prazo, promove a acessibilidade da população local, assegura o escoamento da produção agrícola em todas as estações do ano e reforça o compromisso da Administração Pública com a infraestrutura rural e a qualidade de vida nas comunidades mais afastadas da sede urbana.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:



a) Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

b) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente sendo eles CREA-Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU-Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em plena validade;

c) Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

d) Apresentação de um profissional, abaixo indicado, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

- a. Se Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a): Execução de pavimentação poliédrica;
- b. O profissional acima indicado deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

e) Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado) contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação;

f) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o Profissional indicado. (Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum);

g) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto;



h) A empresa deverá apresentar Declaração firmada pelo representante legal da Licitante, dizendo da disponibilidade de pedreira de onde será retirado o material utilizado para execução da obra, indicando o endereço completo para localização da mesma;

i) A empresa deverá apresentar Declaração do proprietário da pedreira indicada, com a concordância quanto a indicação do local para retirada das pedras necessárias para execução da obra objeto do presente edital, caso viabilizada sua contratação pelo êxito do certame;

j) A Empresa deverá apresentar a Licença Ambiental de operação, fornecida pelo órgão competente, relativa à pedreira de onde serão retirados os materiais para execução dos serviços desta licitação, indicada na declaração solicitada no item anterior;

k) A Empresa deverá apresentar a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.



A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornece Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a execução for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

a) Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Justifica-se pela necessidade de garantir que os licitantes tenham ciência plena das condições técnicas, logísticas, operacionais e ambientais do local da obra, prevenindo alegações futuras de desconhecimento que possam comprometer o andamento ou a qualidade da execução. Essa exigência reforça os princípios da responsabilidade objetiva e da boa-fé, assegurando que o contratado esteja apto a cumprir suas obrigações de forma diligente e sem surpresas operacionais.

b) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, sendo eles Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade.

A exigência do registro profissional da empresa no conselho competente garante a regularidade técnica do licitante e sua habilitação legal para exercer atividades inerentes à engenharia ou arquitetura. Trata-se de requisito legal



indispensável para a contratação de obras e serviços técnicos especializados, conforme legislação específica que rege o exercício profissional dessas categorias.

c) Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Esta exigência visa comprovar a experiência prévia da empresa na execução de obras de porte, natureza e complexidade semelhantes à que se pretende contratar. Trata-se de medida fundamental para mitigar o risco de inexecução, garantir a idoneidade técnica do licitante e assegurar que o contrato será cumprido com qualidade, conforme previsto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o dever da Administração de zelar pelo bom desempenho da execução contratual.

d) Apresentação do(s) profissionais(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.

Esta exigência garante que o responsável técnico designado para a execução da obra possui efetiva experiência prática na condução de projetos de complexidade similar, além de estar legalmente habilitado para assumir a responsabilidade técnica da execução contratual. Isso assegura qualidade técnica, rastreabilidade e responsabilidade civil e ética sobre os serviços executados.

e) Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado), contendo nome, endereço, número e data do registro, e nome do profissional indicado para esta licitação.

Trata-se de documento essencial para comprovar que o profissional técnico que atuará na execução está regularmente habilitado perante o seu conselho profissional, com atribuição específica compatível com o objeto da licitação. Isso garante conformidade legal e técnica e viabiliza a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

f) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional com o profissional indicado.

Essa exigência tem como finalidade garantir que o profissional técnico apresentado na proposta possui relação formal e vigente com a empresa licitante, seja como empregado, sócio ou prestador de serviço vinculado. Evita-se, assim, o uso indevido de currículos ou registros de profissionais sem anuência ou vínculo real, o que poderia comprometer a credibilidade da proposta e a execução efetiva do contrato.



A exigência de apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) pela empresa contratada justifica-se pela necessidade de garantir o correto manejo dos resíduos sólidos gerados durante a execução da obra da creche social, assegurando sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final conforme os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA nº 307/2002. Trata-se de uma obrigação técnica e ambiental que visa mitigar impactos negativos como o descarte irregular de entulhos, contaminação do solo, obstrução de vias públicas e poluição visual, promovendo a preservação da saúde coletiva e do meio ambiente urbano. Além do amparo legal, a exigência encontra respaldo direto nas diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2024)**, que recomenda expressamente a inclusão do PGRCC como requisito técnico mínimo em obras públicas, sobretudo em empreendimentos financiados com recursos públicos. Considerando que o município de Dois Vizinhos adota os modelos federais de planejamento e execução contratual, essa exigência alinha-se às boas práticas nacionais de sustentabilidade e reforça o compromisso da Administração com uma gestão responsável, eficiente e ambientalmente orientada dos recursos públicos.

g) Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

A execução de obras em estradas rurais, ainda que de pequeno porte, pode acarretar impactos ambientais pontuais, especialmente relacionados à supressão de vegetação rasteira, movimentação de solo, geração de resíduos inertes (como sobras de pedras e material escavado), alteração da drenagem natural do terreno e aumento temporário de emissão de poeira e ruído durante a fase de execução. Também pode haver risco de assoreamento de cursos d'água próximos, caso não sejam adotadas práticas adequadas de contenção e drenagem superficial.

Como medidas mitigadoras, serão implementadas práticas de engenharia ambientalmente responsáveis, como a delimitação da área de intervenção para evitar impactos em áreas adjacentes, execução de valetas e bueiros para direcionamento adequado das águas pluviais, compactação da camada de base para evitar erosões, reaproveitamento de material escavado quando tecnicamente possível, e destinação adequada dos resíduos sólidos inertes. Além disso, os serviços serão realizados preferencialmente em período seco para reduzir impactos sobre o solo e a vegetação e minimizar riscos de



contaminação por sedimentos carregados. Caso necessário, serão aplicadas técnicas de recuperação da cobertura vegetal em taludes ou áreas expostas.

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Além disso, orienta-se a contratada a algumas medidas, conforme segue abaixo:

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº 12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933/1999).

Em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2024), especialmente o item 3.5.2, que trata de obras públicas e serviços de engenharia, este Estudo Técnico Preliminar reconhece e incorpora diretrizes específicas para a mitigação de tais impactos. Dentre as medidas previstas, destaca-se a exigência de apresentação, pela empresa contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), elaborado conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002, prevendo a separação, reutilização, transporte e destinação final ambientalmente adequada de entulhos e demais resíduos gerados. Serão adotadas exigências quanto à utilização de materiais



com menor impacto ambiental, como tintas à base de água, madeiras certificadas e preferência por fornecedores locais, além da previsão de itens de eficiência energética e hídrica no projeto da edificação, tais como iluminação natural, ventilação cruzada, torneiras com temporizador e vasos sanitários com duplo acionamento. Para o controle de poeira e poluição sonora, a contratada deverá manter o solo umedecido nos períodos secos, operar equipamentos com manutenção em dia e implantar barreiras físicas de contenção e sinalização adequada no canteiro de obras. Essas exigências, aliadas à fiscalização sistemática da execução contratual, permitirão a condução da obra com impacto ambiental reduzido, compatível com os princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental na administração pública.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Com a execução da intervenção planejada, espera-se alcançar uma série de resultados concretos que impactarão positivamente tanto a eficiência da gestão pública quanto a qualidade de vida da população local. No aspecto da economicidade, a solução adotada reduzirá substancialmente os custos recorrentes com manutenção corretiva da estrada, uma vez que o revestimento poliédrico apresenta alta durabilidade e baixa necessidade de reparos periódicos. A economia gerada permitirá a realocação de recursos públicos para outras demandas prioritárias do município, promovendo maior racionalidade na utilização dos recursos financeiros.

Sob a perspectiva da eficiência na alocação de recursos humanos e materiais, a obra possibilitará a diminuição da demanda por serviços emergenciais da Secretaria de Obras, liberando equipe técnica e maquinário para atuação preventiva em outras localidades. Já em termos de resultados sociais, destaca-se a melhoria significativa na mobilidade rural, com impacto direto no escoamento da produção agrícola, na segurança do transporte escolar e no acesso das famílias aos serviços públicos de saúde, assistência e educação. O projeto, portanto, gera efeitos multiplicadores ao promover desenvolvimento rural, integração territorial e valorização das comunidades historicamente mais vulneráveis à exclusão infra estrutural.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Empreitada por preço global.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Carlos Eduardo Mangini Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Marcio Trentini
Fiscal Técnico:	Marcio Trentini
Suplentes:	Raul Zanella

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Para esta contratação não possui contratações correlatas uma vez que a prestação deste serviço ocorrerá de forma completa desde a recuperação da base até a sinalização, não necessitando outras contratações para que a obra possua a devida funcionalidade. Outros serviços de adequação da via, como serviços de alargamento, caixa de contenção e serviços de melhorias em bueiros serão executados pela Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;



A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025, última atualização: 16/10/2025;
- III) Classe/Grupo: 542 SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL;
- IV) Identificador da Futura Contratação: 987541-45/2026;
- V) Código do item: 1414

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☒ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☐ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☐ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☒ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

O objeto desta contratação configura-se como serviço comum de engenharia, conforme previsto no art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de atividade técnica de natureza rotineira e padronizada, amplamente disponível no mercado, cuja execução se baseia em métodos consagrados, projetos previamente definidos e especificações usuais, não exigindo soluções inovadoras ou técnicas complexas.

A intervenção envolve a execução de revestimento com pedras irregulares em estrada rural, atividade que compreende etapas convencionais como escavação, regularização e compactação do subleito, instalação de drenagem superficial e assentamento de material pétreo com compactação final, todas amplamente descritas em normas técnicas e manuais de engenharia. Por sua previsibilidade, reprodutibilidade e ampla oferta de executores capacitados, trata-se inequivocamente de serviço comum de engenharia, apto à licitação por menor preço, com julgamento objetivo e com exigência de habilitação técnica compatível com o grau de especialização exigido.

- ☐ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos



- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- (x) Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

A garantia de execução visa proteger a Administração Pública contra eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada, como atrasos, vícios no serviço, multas, ou não entrega do objeto. Devido à natureza da contratação, ao histórico e a incidência de atrasos neste caso, a Administração optou pela exigência da garantia.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Após uma análise detalhada do projeto de pavimentação com pedras irregulares da via rural localizada na Linha Santo Izidoro e sendo ainda de interesse da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, sob os preceitos da Lei 14.133/2021, conclui-se pela viabilidade e razoabilidade da contratação. Esta conclusão está fundamentada nos seguintes aspectos, conforme a jurisprudência da supracitada lei: Atendimento ao Princípio da Eficiência e do Interesse Público: Conforme o art. 5º da Lei 14.133/2021, a execução do projeto alinha-se aos princípios da eficiência e do interesse público, pois se destina a atender demandas significativas da população de Dois Vizinhos por infraestruturas que promovam a geração de emprego e a melhoria da qualidade de vida. Economicidade:

A realização do estudo técnico preliminar, como previsto no §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, demonstrou que a solução proposta para construção desta pavimentação poliédrica é economicamente viável, apresentando estimativas de custos alinhadas com os valores praticados no mercado e garantindo a otimização dos recursos públicos. Desenvolvimento Nacional Sustentável:

O projeto está em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, mencionado no art. 5º da Lei 14.133/2021, além de contemplar a utilização de práticas sustentáveis durante a execução das obras, promovendo inclusão social e econômica e minimizando impactos ambientais.

Estimativas e Planejamento Adequados: Conforme os requisitos estabelecidos pelos incisos VI e VII do §1º do art. 18, as estimativas de quantidades e valores para a contratação demonstram alinhamento com a realidade do mercado e com as necessidades da municipalidade.

O projeto foi devidamente planejado, assegurando que as decisões tomadas primam pela qualidade e pela adequação à realidade local. Razoabilidade e



Legalidade: Em conformidade com os princípios de razoabilidade e legalidade, o projeto e a futura contratação respeitam todas as disposições legais pertinentes à Lei 14.133/2021, incluindo a promoção da concorrência como forma de garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Portanto, baseando-se nos argumentos expostos, fundamentados na Lei 14.133/2021, considera-se o projeto não apenas viável, mas também extremamente benéfico para a população que utiliza a via. Esta posição favorável advém da compreensão de que tal investimento não apenas atende às necessidades imediatas da comunidade e dos usuários da via, mas também promove uma visão de longo prazo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- () Pregão, () Tradicional () SRP
 (x) Concorrência, (x) Tradicional () SRP
 () Concurso
 () Leilão
 () Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- () Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
 () Pré-Qualificação
 () Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.

Contratação Direta:

- () Dispensa () com disputa () sem disputa
 () Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- (x) menor preço



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- ☐ () melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ () técnica e preço
- ☐ () maior retorno econômico
- ☐ () maior desconto
- ☐ () maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ (x) Aberto
- ☐ () Fechado
- ☐ () Aberto e Fechado
- ☐ () Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- ☐ () SIM
- ☒ (x) NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ (x) Recursos Próprios
- ☐ () Recursos Estaduais
- ☐ () Recursos Federais

Dois Vizinhos, 4 de fevereiro de 2026.

CARLOS EDUARDO MANGINI SILVA
Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 20392-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A7AD-6042-CB20-43D5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **BIANCA CRISTINA SCHREIBER** (CPF 085.XXX.XXX-35) em 09/03/2026 11:58:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **MURILO ROCHA SZPAK** (CPF 093.XXX.XXX-09) em 09/03/2026 11:59:57 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **RAUL ZANELLA** (CPF 063.XXX.XXX-66) em 09/03/2026 14:05:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **MARCIO TRENTINI** (CPF 074.XXX.XXX-90) em 10/03/2026 09:05:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **CARLOS EDUARDO MANGINI** (CPF 078.XXX.XXX-99) em 11/03/2026 14:44:43 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/A7AD-6042-CB20-43D5>